

Interactivos Travessials

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

A ARQUITETÔNICA BAKHTINIANA COMO PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

BAKHTINIAN ARCHITECTURE AS A THEORETICAL-METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR THE ANALYSIS OF THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE (BNCC)

Nágila Oliveira de SOUSA¹

Débora Liberato Arruda HISSA²

RESUMO: Neste artigo, exploramos a arquitetura bakhtiniana como conceito teórico-metodológico para analisar a principal diretriz curricular brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir das categorias de cronotopo, autor, forma, conteúdo e estilo, analisamos o componente de Língua Portuguesa da etapa do Ensino Médio, homologado em 2018. Destacamos a produção como multi-autoral, socioculturalmente inserida numa disputa política de tomada de poder depois do golpe de 2016, que culminou no *impeachment* da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Por meio da arquitetura, dimensionamos a complexidade da BNCC para além de sua materialidade linguística. Em nosso estudo, vimos como os espaços de produção, circulação e recepção de um documento de impacto nacional se articulam a um espaço-tempo de ideologia neoliberal utilitarista e como a autoria de tal documento revela os interesses de estudos e pesquisas acadêmicos hegemônicos. No caso do componente Língua Portuguesa, há apenas a representação das vozes autorais da região Sudeste, além do silenciamento da voz dos docentes da Educação Básica. O texto não leva em conta a enorme pluralidade dos alunos que frequentam as escolas brasileiras, tampouco faz uma reflexão para o abismo estrutural que existe entre as escolas públicas e privadas de nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetônica bakhtiniana. BNCC. Ensino Médio. Língua Portuguesa. Linguística Aplicada.

ABSTRACT: In this article, we explore bakhtinian architecture as a theoretical-methodological concept to analyze the main Brazilian curriculum guideline, the Common National Curriculum Base (BNCC). From the categories of chronotope, author, form, content and style, we analyzed the Portuguese language component of the High School stage, approved in 2018. We highlight the

1. Mestre em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: nagila_cot_r8@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9029-1507>.

2. Doutora em Linguística Aplicada. Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: debora.arruda@uece.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6075-5585>.

production as multi-author, socioculturally inserted in a political dispute for the takeover after the coup of 2016, which culminated in the impeachment of the then president of Brazil, Dilma Rousseff. Through architecture, we scale the complexity of BNCC beyond its linguistic materiality. In our study, we have seen how the spaces for production, circulation and reception of a document with a national impact are articulated with a space-time of utilitarian neoliberal ideology and how the authorship of such a document reveals the interests of hegemonic academic studies and research. In the case of the Portuguese Language component, there is only the representation of authorial voices from the Southeast region, in addition to the silencing of the voice of Basic Education teachers. The text does not take into account the enormous plurality of students who attend Brazilian schools, nor does it reflect on the structural abyss that exists between public and private schools in our country.

KEYWORDS: Bakhtinian architectural. BNCC. High school. Portuguese language. Applied Linguistics.

1. Introdução

Neste artigo, tratamos de uma situação específica de produção multi-autoral, marcada político e ideologicamente, tanto por grupos partidários quanto por instituições de ensino superior. Estamos no referindo ao texto da Base Nacional Comum Curricular, já popularmente conhecida no âmbito escolar e acadêmico como BNCC. Para a análise de uma diretriz curricular de caráter formativo e de alcance nacional, que tem enorme impacto na vida de aluna(o)s e professora(e)s brasileira(o)s, elegemos como proposta teórico-metodológica a arquitetura bakhtiniana, a partir das categorias de cronotopo, autor, forma, conteúdo e estilo. Tal escolha se deu pelo fato de Bakhtin (2011) compreender a linguagem não como uma mera atualização e utilização de códigos arbitrários ou repositórios discursivos existentes socialmente, e sim como uma complexa situação social em que cada enunciado se coloca de um modo muito singular e único, sempre diverso em um mundo repleto de outros enunciados com os quais ele se conecta, se baseia e se posiciona.

Para este artigo, apresentamos a análise da modalidade escrita da linguagem do componente de Língua Portuguesa da Etapa do Ensino Médio, homologada em 2018. Destacamos a produção de diretriz curricular como multi-autoral, socioculturalmente inserida numa disputa política de tomada de poder depois do golpe de 2016, que culminou no *impeachment* da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Além dos aspectos político e econômicos, aspectos interacionais são extremamente importantes para o ato de escrever este texto específico: quem escreve, para quem se escreve, como se escreve e para que se escreve.

Esses aspectos guiam (ou devem guiar) toda a prática comunicativa – incluindo qualquer tipo de escrita e, sobretudo, a escrita de uma diretriz curricular nacional.

Neste sentido, algumas escolhas enunciativas da Base apontam para uma normatização do ensino como um conjunto de parâmetros que devem ser observados pelos professores, a fim de que os alunos alcancem as habilidades definidas nos cinco campos de atuação social determinados no texto: vida pessoal; artístico-literário; práticas, estudos e pesquisa; jornalístico-midiático; vida pública. Tais metas demandadas na Base não levam em conta a enorme pluralidade dos alunos que frequentam as escolas brasileiras, tampouco faz uma reflexão para o abismo estrutural que existe entre as escolas públicas e privadas de nosso país. Por isso, lidar com a arquitetura como proposta metodológica de análise nos permitiu constatar que “[...] não é mera coincidência que o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tenha sido estabelecido a partir de uma listagem (extremamente controversa) de habilidades e competências” (HISSA, 2021, p. 47). As relações axiológicas valorativas envolvidas no processo de escrita multi-autoral nos ajudaram a perceber tais pressuposições.

Nas próximas seções, descrevemos as principais premissas teóricas da arquitetura bakhtiniana especialmente ao que se refere às relações dialógicas entre os sujeitos, às avaliações axiológicas situadas histórica, social e ideologicamente, bem como o processo de interação constituído por enunciados a partir dos mais variados gêneros. Em seguida, exploramos os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam a arquitetura a partir do cronotopo (tempo-espço), dos sujeitos envolvidos (autor e contemplador) e da estruturação do enunciado (forma, conteúdo e estilo do gênero), para então investigar a arquitetura do componente Língua Portuguesa da BNCC.

2. Arquitetônica bakhtiniana: premissas teórico-metodológicas

O significado da palavra arquitetura, encontrada no glossário de termos bakhtinianos³, trata da relação entre o mundo da arte e da vida e a noção de responsabilidade na estruturação do discurso. Essa estruturação é imbuída da unidade advinda de sentido organizada dentro de um tempo-espço (GEGe, 2019). Esse conceito de arquitetura como uma estrutura que trata dos atos responsáveis dos sujeitos no tempo-espço, nasce, principalmen-

3. O glossário de termos bakhtinianos faz parte de uma publicação feita pelo Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe) da Universidade de São Carlos.

te, a partir das formulações de Kant (2013), na medida em que Bakhtin acusa a ética formal de Kant⁴ e dos neokantianos de teorismo que consiste na concepção da universalidade do dever ser e, por isso, não é capaz de dar conta do *ato singular*⁵.

A partir da obra *Para uma filosofia do ato responsável* (BAKHTIN, 2017), escrita nos anos 1920-21, os elementos essenciais que estruturam a arquitetura do mundo real, enquanto algo vivido, começam a ganhar contornos cada vez mais sólidos.

É esta arquitetura do mundo real do ato que a filosofia moral deve descrever, não como um esquema abstrato, mas como o plano concreto do mundo do ato unitário singular, os momentos concretos fundamentais de sua construção e da sua disposição recíproca. Estes momentos fundamentais são: eu-para-mim, o outro-para-mim, e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos (incluindo também os éticos e sociais) e finalmente religiosos (BAKHTIN, 2017, p. 114).

Esses momentos validam a construção de um todo integrado em que o outro é inevitavelmente parte de mim e vice-versa. Essa corrente relacional entre sujeitos nos permite pensar que não podemos conceber essa arquitetura a partir de um sujeito isolado, pelo contrário. A arquitetura traz para seu centro os sujeitos que interagem e constroem sentidos dentro de um tempo-espaço. Portanto, dentro desse plano concreto do mundo, não se encontra apenas *eu*, mas também o *outro* por meio de relações dialógicas que se configuram entre *eu-para-mim*, o *outro-para-mim* e o *eu-para-o-outro*.

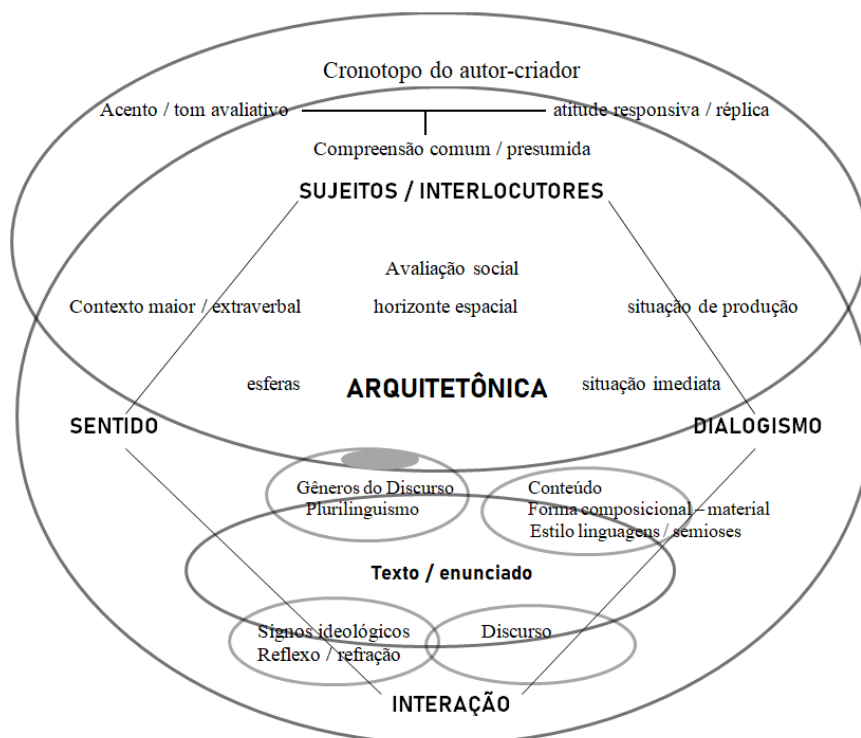
A discussão a respeito das relações dialógicas entre os sujeitos como aspecto central na arquitetura de Bakhtin é muito “[...] importante para o campo de pesquisa em educação e linguagem, para não cairmos em análises fragmentadas ou descontextualizadas de um espaço social” (TANZI NETO, 2017, p. 80). Ao apoiarmos essa ideia, reconhecemos que a arquitetura reúne elementos que favorecem leituras analíticas de eventos concretos de modo a compreender o todo em que se constitui em um determinado evento. Com essa discussão, Tanzi Neto (2017, p. 80) explica que é pela “[...] arquitetura que entendemos os elementos constituintes de um todo e que o todo arquitetônico é composto de sentido, com suas partes ligadas internamente e não desconectadas umas das outras.”

4. Em Kant (2013), a arquitetura trata, metaforicamente, da construção de um edifício do conhecimento da razão pura que dá forma à razão prática. Essa construção possui uma disciplina, um cânon, uma arquitetura e uma história. Em relação à razão pura, a arquitetura designa uma sistematicidade; e a história trata das concepções.

5. O ato singular ocupa a dimensão singular do sujeito nas relações dialógicas que estabelece no meio. Esse ato se manifesta no lugar único e irrepetível que cada sujeito ocupa dentro de um determinado espaço e tempo.

Ampliando o conceito, Rojo e Melo (2019) afirmam que a arquitetônica se refere ao modo como a indissociabilidade da totalidade interna e externa da obra de arte constituem um todo de sentido, ou seja, uma construção de sentido orientada pelas avaliações axiológicas dos sujeitos situados histórica, social e ideologicamente em um processo de interação constituído por enunciados pertencentes aos mais diversos gêneros. Essa conexão interna se torna visualmente mais compreensível a partir da representação adiante.

Figura 1 – Arquitetônica do pensamento de Bakhtin e do Círculo



Fonte: Rojo e Melo (2019, p. 254)

A figura representa a arquitetônica enquanto unificação entre os elementos do enunciado e da enunciação que constituem a unidade de sentido. Na figura, essa unificação é representada por círculos que se interligam na constituição de um todo articulado. No primeiro círculo (situado mais acima da figura), encontramos elementos da situação de comunicação em que se destaca o cronotopo em que atuam os sujeitos por meio da atividade valorada nas diferentes esferas. No segundo círculo (situado no centro da figura), destacamos a atividade dos enunciadores e seus posicionamentos valorativos por meio das interações que estabelecem no tempo e lugar histórico. No terceiro círculo (situado mais abaixo da figura), encontramos as categorias que abarcam um texto/enunciado enquanto atividade criativa

dos enunciadores. Dentre essas categorias que constituem um texto/enunciado, apontamos o conteúdo, a forma composicional e o estilo enquanto elementos que articulam um determinado texto na constituição de um gênero do discurso.

Essa unidade de sentido precisa envolver sujeitos situados em um tempo-espaço valorado que se utilizam dos enunciados nas relações dialógicas que estabelecem entre si. Por exemplo, a unidade de sentido de uma diretriz curricular só pode ser percebida por meio da sua arquitetura que envolve a atividade criativa dos sujeitos autores (agentes acadêmicos e parlamentares) que dão acabamento ao enunciado de caráter pedagógico e legal por meio das posições valorativas que ocupam dentro de um tempo-espaço que também é valorado. Desse modo, os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam a arquitetura podem ser categorizados a partir do cronotopo (tempo-espaço), dos sujeitos envolvidos (autor e contemplador) e da estruturação do enunciado (forma, conteúdo e estilo do gênero).

O cronotopo refere-se à “[...]interligação essencial das relações de espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura” (BAKHTIN, 2018, p. 11) e foi concebido como uma abordagem que trata das temporalidades relacionadas às vivências humanas e processos históricos. Em Bakhtin (2017, p. 121), “[...] o tempo e o espaço na sua singularidade são individuados e incorporados como momentos de uma unicidade concreta e valorada”. O cronotopo trata de um horizonte espacial e um tempo histórico da atividade humana axiológica. Esse espaço-tempo não pode ser desassociado das construções arquitetônicas dos enunciados, pois os elementos que constituem o lugar de produção, circulação e consumo de um enunciado saltam para dentro do texto por meio da atividade humana carregada de valoração. Nesse sentido, a investigação da arquitetura de um gênero não literário precisa levar em consideração o contexto de produção e as esferas de circulação, “[...] não um espaço visível, mas um ambiente de interações, chamando atenção para o que nele se desenvolve para além de um ponto de vista posicionado” (MACHADO, 2010, p. 207).

Sobre a estruturação do enunciado enquanto gênero discursivo, Fiorin (2018, p. 69) afirma que “conteúdo temático, estilo e organização composicional constroem o todo que constitui o enunciado”. Bakhtin (2002, p. 85) explica que “[...] o conteúdo não pode ser puramente cognitivo, completamente privado do elemento ético; ademais, pode-se dizer que é o campo ético que pertence a primazia essencial do conteúdo”. Logo, o conteúdo temático não é meramente o assunto central, mas é o sentido que ocupa o texto com base em uma apreciação valorativa.

O estilo é um conjunto de traços linguísticos – lexicais, fraseológicos e gramaticais – que definem a especificidade de um enunciado (BAKHTIN, 2016) em função da imagem que o enunciador faz de seu interlocutor. A construção composicional trata da organização do texto e como este é estruturado, o “material que serve de aparato técnico para concretizar o todo da forma artística” (FARACO, 2017, p. 48). A partir da articulação entre as categorias da arquitetônica – espaço-tempo, autoria, conteúdo, forma e estilo – que tem como princípio a axiologia, esperamos investigar a arquitetônica do componente Língua Portuguesa da BNCC.

3. A construção arquitetônica da BNCC como um pressuposto teórico-metodológico: um recorte para o componente Língua portuguesa

Um dos elementos que constitui o currículo de uma escola são os documentos curriculares vigentes em uma determinada sociedade. Esses documentos orientam e, em alguns casos, prescrevem como e o que os alunos devem aprender. Assim, as mudanças do mundo globalizado têm efeito sobre a “escolarização” na medida em que o Estado, por meio dos documentos curriculares oficiais, persiste na “[...] uniformização de práticas, valores, conhecimentos e disposições” (KRESS, 2012, p. 132).

Dentre os documentos curriculares oficiais brasileiros, a BNCC é o documento oficial mais recente que orienta quais são as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas para garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes visando à resolução de problemas da vida cotidiana. Nesse documento, o componente curricular Língua Portuguesa, pertencente à área de Linguagens e suas Tecnologias, orienta o ensino da língua materna para um aprofundamento sobre as linguagens e seu funcionamento nos campos de atuação social.

A BNCC é um documento de caráter normativo de “[...] referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2017, p. 8). Trata-se de uma diretriz curricular que tem força de lei e, portanto, deve ser implementada em todas as instituições escolares.

A situação de comunicação da BNCC está ligada aos elementos da enunciação (esfera, tempo-lugar, participantes) e o gênero do discurso está relacionado aos enunciados (forma, conteúdo temático e estilo). Neste artigo, nosso caminho metodológico de análise da arquitetônica do componente curricular Língua Portuguesa se deu da seguinte forma: 1.

investigamos a esfera de circulação da BNCC em um tempo-espaço histórico (cronotopo) agenciado pelos participantes (autores) que realizaram essa atividade criativa valorada; e 2. analisamos o produto dessa atividade, a partir do conteúdo, da forma e do estilo.

Neste processo de escrita do texto de uma diretriz nacional, um conjunto constante de entoações avaliativas e de respostas ativas é direcionado tanto para o professor, interlocutor ideal e presumido por todos os produtores da Base, como para os alunos. Essa dupla interlocução certamente ocasiona implicações na escrita dos sujeitos, pois os autores da BNCC precisam desenvolver um texto que tanto antecipe as respostas dos professores como pondere/considere as respostas dos alunos que discutem o texto na cadeia discursiva potencializada e virtualizada.

Como, ao longo da construção da BNCC – que teve início em 2014 até a sua homologação em 2017 – esse documento teve quatro versões, o conjunto constante de entoações avaliativas e de respostas ativas foi se modificando com base em pressupostos político-econômicos. As 1ª e 2ª versões se deram no Governo Dilma (PT); já a 3ª versão e 4ª versões, sendo esta última homologada, se consolidaram no Governo Temer (PMDB) em que se fortalecem as políticas neoliberais através de novas estratégias econômicas. Ou seja, em meio à construção da BNCC, o Brasil, no âmbito federal, passa por uma transição de governo com o *impeachment* de Dilma Rousseff, que governou o país entre os anos de 2011 e 2016.

Essa transição política influenciou o contexto de produção da BNCC a partir do momento em que houve uma reestruturação da comissão de especialistas e da organização discursiva (teórica e metodológica) que as versões vinham apresentando. Uma das reestruturações de maior impacto nacional, em termos de prática didático-pedagógica nas escolas – com especial destaque aos livros didáticos e às avaliações – foi a inserção dos termos “competência” e “habilidade” (os quais ganham lugar de destaque no documento somente a partir da 3ª versão) e a organização da BNCC a partir dos três âmbitos da vida: profissional, cidadã e pessoal.

Ao considerar que o espaço-tempo de produção da Base foi caracterizado por uma política capitalista neoliberal, a BNCC foi elaborada para dar competência ao aluno para “[...] resolver as demandas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8). Quanto à autoria da BNCC, investigamos como ela circunscreve a voz política e acadêmica vigente. No caso específico da BNCC, temos um texto cuja autoria é múltipla (multi-autoria) e cada componente didático traz um alinhamento (ou não) teórico. Este aspecto da multi-autoria nos parece um ponto fundamental para compreender pontos-chave da arquitetura do texto.

Consta na subseção *Base Nacional Comum Curricular e regime de colaboração* da BNCC que esse documento foi elaborado por especialistas, sob a coordenação do MEC, após ampla consulta à comunidade educacional e à sociedade. No texto, identificamos tanto a voz governamental como a voz acadêmica/científica, conforme consta na ficha técnica. Já os professores, gestores e técnicos da educação atuam como audiência presumida (contempladores) dessa construção arquitetônica. A voz governamental dá um tom valorativo de força de lei e, portanto, obrigatória; enquanto a voz acadêmica constrói um efeito de cientificidade e dá o acabamento ao conteúdo temático das quatro áreas de conhecimento.

Se fizermos um recorte para o componente Língua Portuguesa (LP) da Base, percebemos que a construção dos enunciados desse componente atravessa um processo agenciado por uma pluralidade de vozes em diferentes etapas/versões. A primeira versão (disponibilizada como versão preliminar) e a segunda versão (identificada como versão revista) foram construídas no governo petista, portanto marcada por um determinado viés ideológico, refratado e refletido no enunciado. Tal viés fica claro quando, na segunda versão, as palavras professor(es) e professora(s) vêm como marcação de gênero feminino ao lado do masculino, o que não acontece na versão final, homologada no governo emedebista.

Posterior ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e à posse de Michel Temer no cargo de Presidente, temos a terceira versão e a versão final homologada da BNCC. Marcar o contexto político-partidário de elaboração da Base é relevante para compreendermos os valores e os interlocutores envolvidos na produção de uma diretriz educacional brasileira. Vimos que os valores político-ideológicos das duas primeiras versões são muito diferentes das últimas e que tais valores foram materializados no texto de cada versão a partir de acréscimos, supressões, substituições teórico-metodológicas, que têm impacto direto nos currículos escolares de milhares de alunos e influenciam o projeto de cidadania que se pretende para um país.

A tabela 1, a seguir, nos dá uma dimensão de como tais mudanças de gestão política no Brasil impacta diretamente na construção do texto da Base. A organização por componentes curriculares na área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física) da segunda versão da BNCC foi substituída por uma listagem em ordem alfabética dos autores na terceira versão. Também na segunda versão a instituição de ensino associada a cada autor (que denotava a maior diversidade de representantes de diversas regiões brasileiras) foi substituída pela área do conhecimento em que cada autor(a) é especialista.

Tabela 1 – Redatores da BNCC: foco na Língua Portuguesa

| Autores: 2ª versão da BNCC | Autores: versão final da BNCC - Ensino Médio ⁶ | Autoras do componente LP |
|---|---|--|
| <p>Língua Portuguesa Vilma Lenir Calixto (PR/Consed) Paulo André Alves Figueiredo (PA/Consed) Micheline Madureira Lage (IFG) Adair Bonini (UFSC) Andréa Walder Zanatt (MS/Consed)</p> <p>Língua Estrangeira Monica Lemos de Matos (RJ/Consed) Ricardo Luiz Teixeira de Almeida (UFF) Maria del Carmen Fátima Gonzáles Daher (UFF)</p> <p>Arte Carlos Eduardo Povinha (SP/Consed) Claudia Cedraz Caribé de Oliveira (BA/Consed) Andreia Veber (UEM)</p> <p>Educação Física João Manoel de Faro Neto (SE/Consed) Marcílio Souza Júnior (UPE) Vitor Powaczruk (RS/Consed) Fernando Jaime González (UNIJUI)</p> | <p>Adriana Ranelli Weigel (Inglês), Cristina Leite (Física), Ghisleine Trigo Silveira (Biologia), Gláucia d’Olim Marote Ferro (Letras e Linguística Aplicada), Guiomar Namó de Mello (Pedagogia), Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto (Química), Isabel Porto Filgueiras (Educação Física), Jacqueline Peixoto Barbosa (Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas), Janice Theodoro da Silva (Ciências Sociais), João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho (Matemática), José Alves de Freitas Neto (Filosofia), Maria Augusta Querubim Rodrigues Pereira (Biologia), Maria Eliza Fini (Pedagogia, especialista em Currículo e Avaliação), Maria Fernanda Penteado Lamas (Química), Maria Sílvia Brumatti Sentelhas (Matemática), Neide Luzia de Rezende (Letras / Teoria Literária e Literatura Comparada), Paulo Roberto Cunha (Ciências Biológicas), Priscilla Vilas Boas (Educação e Dança), Ricardo Rechi Aguiar (Ensino de Ciências, modalidade Física), Roxane Helena Rodrigues Rojo (Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas), Ruy Cesar Pietropaolo (Matemática), Simone Laiz de Moraes Lima (Ensino de Arte e Cultura), Sonia Maria Vanzella Castellar (Geografia) e Stella Christina Schrijnemaeker (Sociologia).</p> | <p>Gláucia d’Olim Marote Ferro Linguagem, Educação, Formação, Inglês.</p> <p>Jacqueline Peixoto Barbosa Novos e multiletramentos, ensino-aprendizagem de língua materna, currículo de língua portuguesa, formação de professores de língua, educação a distância.</p> <p>Neide Luzia de Rezende Literatura, ensino de literatura, leitura literária, leitura e formação do professor.</p> <p>Roxane Helena Rodrigues Rojo (Multi)letramentos, gêneros do discurso, ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e avaliação e elaboração de materiais didáticos.</p> |

Fonte: elaborado pelas autoras com base na BNCC (2017) e no Portal Lattes-CNPq.

Na segunda versão da BNCC, há uma proporção semelhante de professores e pesquisadores em cada área. Na terceira versão, os 23 redatores da versão final são listados sem a indicação dos responsáveis por cada área, isto é, sem que saibamos quais tiveram participação direta com a escrita do componente LP. Por isso, na terceira coluna da tabela, trazemos os professores e pesquisadores cuja formação acadêmica e interesse de estudos têm relação com o componente LP. Para isso, fizemos uma pesquisa no Currículo Lattes de cada um deles.

6. Com a reestruturação da comissão do Conselho Nacional de Educação (CNE) em decorrência do ato do presidente Michel Temer, a equipe de especialistas passa a ser composta por outros sujeitos, totalizando 23 redatores. Esses sujeitos especialistas representam uma voz acadêmica. Como estamos analisando o componente de Língua Portuguesa, destacamos na tabela os autores que têm formação ou em Letras ou em Linguística.

Para ampliar nossa visão sobre a construção multi-autoral, confrontamos os especialistas das colunas 1 e 2 a partir da área acadêmica e da região em que atuam, a fim de perceber a pluralidade de vozes que consta no documento homologado.

Tabela 2 – Multi-autoria na segunda versão e versão final da BNCC

| Especialistas da segunda versão | | |
|---------------------------------|---|--|
| Especialista | Atuação | Região brasileira |
| Vilma Lenir Calixto | Professora de Língua e Literatura no Ensino Médio | Paraná <i>Região Sul</i> |
| Paulo André Alves Figueiredo | Professor da Secretaria de Educação | Pará <i>Região Norte</i> |
| Micheline Madureira | Professora do Instituto Federal de Goiânia | Goiânia <i>Região Centro-oeste</i> |
| Adair Bonini | Professor da UFSC | Santa Catarina <i>Região Sul</i> |
| Andréa Walder Zanatt | Professora dos anos iniciais | Campo Grande <i>Região Centro-oeste</i> |
| Especialistas da versão final | | |
| Especialista | Atuação | Região brasileira |
| Gláucia d'Olim Marote Ferro | Professora da USP | <u>São Paulo</u> Região Sudeste |
| Jacqueline Peixoto Barbosa | Professora da Unicamp | <u>São Paulo</u> Região Sudeste |
| Neide Luzia de Rezende | Professora da USP | <u>São Paulo</u> Região Sudeste |
| Roxane Helena Rodrigues Rojo | Professora da Unicamp | <u>São Paulo</u> Região Sudeste |

Fonte: elaborado pelas autoras com base em pesquisa no portal Lattes-CNPq.

Pela tabela 2, vemos que a segunda versão do componente LP vinha sendo construída por um grupo heterogêneo de professores que atuam em instituições diferentes, tanto no Ensino Superior como em escolas da Educação Básica do Ensino Médio e Ensino Fundamental. Além disso, há uma representação de quase todas as regiões brasileiras, com exceção da região Nordeste, confirmando o caráter plural e coletivo. Já a versão final, homologada no governo Temer, há somente representantes do Ensino Superior que atuam em uma única região (Sudeste) do país.

A partir da descrição que fizemos nas tabelas 1 e 2, vimos a esfera de circulação da BNCC em um tempo-espaço histórico (cronotopo) e como ela foi agenciada pelos autores da maior diretriz nacional no contexto da educação. Todos os professores realizaram uma ati-

vidade de produção criativa e valorada pela sociedade brasileira como legítima para definir caminhos e decisões educacionais. A seguir, descrevemos a BNCC o produto dessa atividade criativa, a partir do conteúdo, da forma e do estilo.

4. A construção arquitetônica da BNCC: conteúdo temático, forma composicional e estilo do gênero

Quanto à última parte dessa construção arquitetônica, apresentamos a estrutura composicional do gênero diretriz curricular materializado na BNCC, com recorte para o componente LP. Essa estrutura é composta pelo conteúdo temático, pela forma composicional e pelo estilo do gênero.

A forma composicional da arquitetura do componente LP se estrutura em elementos centrais (textos introdutórios) e elementos complementares⁷ (organizador curricular). Os elementos centrais incluem o objetivo do componente, a progressão das aprendizagens e habilidades, as práticas de linguagem (eixos de integração), os campos de atuação social e as habilidades e competências específicas. Os elementos complementares compreendem os campos de atuação, as práticas de linguagem, as competências específicas, as habilidades e os parâmetros para a organização/progressão curricular organizador.

Os elementos centrais e complementares apresentam uma variedade maior de traços da multimodalidade (recursos verbo-visuais) na organização do componente LP, se compararmos com outro documento curricular, como os PCN. Por exemplo, no texto introdutório⁸, composto por sete páginas, há enunciados destacados com cores azul e preto, tópicos sequenciais marcados por lista ponto, quadros e as notas de rodapé explicativas. A forma composicional do texto introdutório é construída possivelmente para tornar a leitura mais fluida e didática, como também para orientar o leitor presumido a focar em aspectos que os locutores consideram importantes e que serão aprofundados na subseção seguinte do documento.

Já os textos que orientam a organização curricular⁹, composta por vinte e duas páginas, aprofundam os elementos do texto introdutório. Essa organização curricular também contém recursos verbo-visuais como cores, quadros e códigos alfanuméricos. Os recursos

7. Os termos “elementos centrais” e “elementos complementares” foram retirados do *Material complementar para a (re)elaboração dos currículos* que consta no material de apoio à implementação da BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio>. Acesso em: julho/2021.

8. Cf. Brasil, 2017, p. 498 - 504.

9. Cf. Brasil, 2017, p. 505 - 526.

verbo-visuais, como os códigos alfanuméricos, influenciam a forma como os currículos escolares são construídos, pois, conforme consta no material de apoio do Portal do MEC, os currículos estaduais devem utilizar códigos para indicar as aprendizagens.

Esses recursos verbo-visuais que formam a BNCC promovem a ideia de que o documento tem acompanhado as mudanças das práticas contemporâneas de linguagem ao conter mais elementos multimodais do que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Assim, o trabalho da instância autoral, responsável pela estruturação do texto da BNCC, incluir novas representações gráficas cujo sentido disputa espaço agora nos currículos e livros didáticos, ainda que a escrita tradicional seja a modalidade dominante nesse formato de gênero discursivo. Essa organização da forma arquitetônica (organização dos valores cognitivos e éticos), realizada pela forma composicional¹⁰, revela o projeto enunciativo do componente que será analisado a partir dos elementos centrais e complementares.

Ainda nessa construção arquitetônica, organizamos o conteúdo temático a partir do conceito de competência geral que rege todas as orientações do componente LP, assim como dos demais componentes e áreas de conhecimento que compõem a Base. Segundo a BNCC, competência é “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8). Essa definição estabilizada dentro do componente é a *significação* do termo competência.

O sentido previsível e fixo (SOBRAL, 2009) do elemento verbal “competência” trata da formação de um aluno na sua integralidade, a fim de prepará-lo para o pleno exercício das práticas sociais e para resolver os problemas de ordem profissional, cidadã e pessoal que extrapolam os muros da escola. Essa significação passa a ideia de que a escola, ao seguir os preceitos da Base, garante, por si só, aprendizagem a todos os estudantes. Por isso fazer uma leitura do documento sem ultrapassar o campo do texto materializado no gênero compromete uma visão crítica dos preceitos supostamente universais que são anunciados no texto. Sem uma criticidade, professores e gestores podem reproduzir discursos hegemônicos, homogeneizantes, conservadores e elitistas.

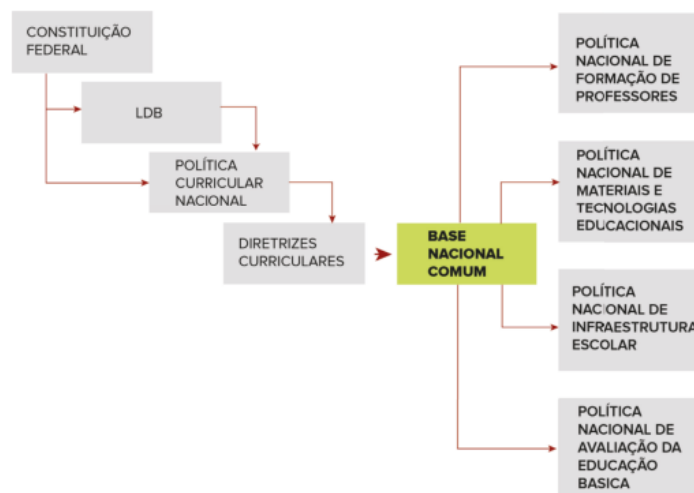
Quanto ao *tema* que envolve a definição de “competência” na BNCC, apontamos um caráter pedagógico-pragmático, tendo em vista que esta definição mantém estreita re-

10. Cf. Bakhtin (2016).

lação com os quatro pilares da educação¹¹: aprender a conhecer (conhecimento), aprender a fazer (habilidade), aprender a conviver (atitude) e aprender a ser (valores). As habilidades do componente LP, que se relacionam com o saber fazer, ganham mais destaque dentro do componente (totalizando 54 habilidades) do que os conhecimentos, atitudes e valores.

Outro elemento da construção arquitetônica é o estilo do gênero. A BNCC, documento de caráter normativo, parte de um conjunto de documentos curriculares que orientam o fazer pedagógico. Sua construção está alicerçada em documentos legais passados e é projetada para contextos educacionais futuros.

Figura 2 - Diretrizes curriculares



Fonte: Portal do MEC.

A figura 2 situa a BNCC no âmbito das diretrizes curriculares e mostra que o processo de escrita da Base responde tanto a enunciados passados (currículos vigentes, documentos legais) da esfera legislativa, como faz prospecção a enunciados futuros (políticas de formação de professores, materiais educacionais, infraestrutura e avaliação) da esfera educacional, estabelecendo uma relação dialógica. Logo, em se tratando de estilo do gênero, a BNCC pertence à esfera político-educacional.

O estilo do gênero diretriz curricular, com foco no componente Língua Portuguesa da BNCC, possui algumas características. Esse componente segue princípios e fundamentos definidos na legislação e tem efeito de lei. Circula na esfera político-educacional e seus prin-

11. Os quatro pilares aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.

cipais enunciadores são os profissionais da educação. Sua função social trata da reformulação dos currículos escolares e das propostas pedagógicas das instituições escolares, no sentido de contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017). Quanto à modalidade, há predominância da linguagem escrita, no entanto, pela primeira vez, uma diretriz curricular nacional é disponibilizada na modalidade digital no Portal do MEC.

Todas essas categorias que elucidam a arquitetura de um documento curricular têm como princípio a axiologia, mola-mestra desse conceito que é valorado como centro das construções dinâmicas e fluidas. Nenhuma arquitetura pode ser pensada sem que haja uma percepção dos valores que circundam as interações na construção de “novos” enunciados. Este valor é refletido e refratado no texto da BNCC quando se afirma, por exemplo, que “[...] as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular” (BRASIL, 2017, p. 462).

Considerações Finais

Nesta pesquisa, vimos que a arquitetura bakhtiniana pode ser utilizada como alicerce teórico-metodológico para a análise de documentos curriculares. Ela possibilita ao analista dimensionar a complexidade de um texto como a BNCC, uma vez que permite uma análise para além de sua materialidade linguístico-textual. Pela arquitetura, vimos como os espaços de produção, circulação e recepção de um documento de impacto nacional se articulam a uma ideologia neoliberal utilitarista de um país cuja autoria revela interesses de estudos e pesquisas, acadêmicos e hegemônicos. Ainda em se tratando da autoria, houve o silenciamento da voz dos docentes da Educação Básica em detrimento da hipervalorização dos docentes de universidade de prestígio nacional.

A arquitetura bakhtiniana nos auxiliou a identificar o conjunto de valores que circundam a atividade multi-autoral, consideramos o espaço-tempo de onde enuncia, de onde se constrói sentidos, de onde se dá o acabamento ao texto. No caso do componente LP da BNCC, há uma forte representação das vozes de São Paulo que, obviamente, se distanciam do espaço-tempo de muitas escolas situadas nas outras regiões brasileiras, inclusive as

da própria região Sudeste. A valoração da autoria de especialistas de apenas duas universidades paulistas mostra como a multiplicidade de vozes em uma diretriz curricular nacional não foi levada em conta nem mesmo como pretensão política de marcar um discurso diversidade, tão exigido pelas demandas educacionais vigentes.

Este silenciamento demonstra a escolha pela conservação dos preceitos neoliberais de mercado também no âmbito educacional. A premissa de construção de cidadania “plural” indicada no texto da BNCC se refere a uma demanda por produção e consumo de competências e habilidades que “garantam” a inserção do jovem no mercado de trabalho, tendo São Paulo como centro do Brasil. Ora, se na perspectiva bakhtiniana, qualquer enunciado se organiza em função do outro, é possível afirmar, portanto, que há um projeto de dizer político expresso na BNCC que representa o apagamento de milhares de alunos que estão à margem das disputas de mercado; que apresenta a meritocracia como padronização das relações sociais; e que legitima a homogeneização ideológica advinda das camadas hegemônicas político-acadêmicas.

A partir dessa constatação, é preciso que os atores envolvidos diretamente nas demandas sociais implicadas na BNCC ressignifiquem o texto a partir do seu excedente de visão, por meio do processo de exotopia, propondo um redesenho para os seus currículos escolares locais, situando-os no seu tempo-espaço valorado. Tal premissa se dá a partir de uma coparticipação subjetiva e situacional, cuja ética libertária na formação da subjetividade do sujeito constitui um dos aspectos centrais do pensamento de Bakhtin, o qual define uma responsabilidade fundamental e concreta das relações intersubjetivas em uma situação histórico-social específica.

Referências

BAKHTIN, Mikhail M. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. Tradução: A. F. Bernadini et al. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin e filosofias. *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-56, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457331815>.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO/GEGe. *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

HISSA, Débora. Multiletramentos em tempos de política neoliberal: relação entre mercado de trabalho e educação escolar. *Revista Linguagem em Foco*, v. 13, n. 2, p. 43-51, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46230/2674-8266-13-5556>.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pintos dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.

KRESS, Gunther. O ensino na era da informação: entre a instabilidade e a informação. In: GARCIA, Regina; MOREIRA, Antonio. (Orgs.). *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 127-151.

MACHADO, I. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. In: De PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 203-234.

ROJO, R.; BARBOSA, J. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola, 2015.

ROJO, Roxane; MELO, Rosineide. A arquitetura Bakhtiniana e os multiletramentos. In: NASCIMENTO, E. L; ROJO, R. H. R. (Orgs.). *Gêneros de Texto/Discurso e os desafios da contemporaneidade*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019, p. 249-271.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

TANZI NETO, Adolfo. *Arquitetônica social escolar: Vygotsky, Bakhtin e Bernstein: espaços, discursos, artefatos e suas relações de poder e controle*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2017.